



**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DA DEPUTADA ESTELA BEZERRA**

REQUERIMENTO Nº 20.183 /2022

Excelentíssimo Senhor Presidente,

REQUEIRO, a Vossa Excelência, na forma do artigo nº 117, do Regimento Interno desta Casa, por meio da Resolução Nº 1.578 de 19 de dezembro de 2012, que seja marcada, **Audiência Pública alusiva ao Dia Internacional das Mulheres - Dia 8 de março** - para debater a garantia dos direitos das mulheres e o enfrentamento a todas as formas de violência na Paraíba.

JUSTIFICATIVA

Segundo o Atlas da violência 2020, uma mulher é assassinada no Brasil a cada duas horas, somando no ano de 2018 um total de 4.519 mulheres que tiveram suas vidas interrompidas por atos criminosos que violam o direito à vida.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontam que a cada dois minutos uma mulher é agredida pelo marido, namorado ou ex-companheiro em nosso país, tendo sido registrados 263.067 casos de lesão corporal no ano de 2019. Ainda de acordo com o referido Fórum, os registros de violência sexual crescem a cada ano, tendo sido registrados 66.041 casos, apenas em 2019, sendo as mulheres as vítimas em 81,8% deles.

Na Paraíba, de acordo com os dados da Delegacia Geral da Polícia Civil, 93 mortes violentas de mulheres foram registradas em 2020, sendo 36 notificados como feminicídios. De 2018 até março de 2021, cento e uma mulheres foram mortas por crimes de feminicídio. E ainda neste período, 657 foram estupradas em nosso estado. Nos anos de 2019 e 2020, foram registrados 10.764 Boletins de ocorrência, referentes à violência doméstica e familiar contra as mulheres, a partir dos quais foram solicitadas 7.370 medidas protetivas.

Destacamos ainda que ano de 2020 foi atravessado pelo Novo Coronavírus e a necessidade isolamento social como medida de proteção para conter a pandemia da COVID19, o que acarretou no agravamento de violências praticadas contra as mulheres em âmbito doméstico por este ser,



**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DA DEPUTADA ESTELA BEZERRA**

historicamente, um lugar de medo e insegurança para mulheres e crianças. Vale ressaltar, que os ciclos de violência doméstica são marcados por repetições e agravamentos, que geralmente são constituídos por violências psicológica, moral, sexual e patrimonial.

De acordo com estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública a pedido do Banco Mundial, em março e abril de 2020, os dois primeiros meses de medidas de confinamento, os casos de feminicídio aumentaram 22% em comparação com o mesmo período do ano passado. Além disso, o Ligue 180, a linha nacional de atendimento à violência contra a mulher, teve 27% de aumento nas denúncias.

O Banco Mundial chama atenção é o fato de no Brasil, 65% dos profissionais de saúde serem mulheres, estando expostas a riscos de violências no trabalho, em espaços públicos e em casa.

Um outro aspecto importante a ser considerado, é a situação de não autonomia econômica/financeira de parte das mulheres brasileiras, em virtude do desemprego. Segundo o IBGE (2019), no Brasil a taxa de desemprego entre as mulheres é mais alta (13,1% para as mulheres e 9,2% para os homens), ao passo que são sub-representadas no mercado de trabalho (a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho era de 53,1%, em comparação a 71,6% para os homens).

Até Novembro de 2021, trinta feminicídios foram cometidos na Paraíba, de acordo com os dados do núcleo de Análise Criminal e Estatísticas da Polícia Civil. Sabemos portanto, que o crime de feminicídio é a expressão máxima da violência e que diariamente as mulheres são expostas a situações de desrespeito, discriminação, preconceito e violências, decorrentes do machismo estrutural numa sociedade que legitima continuamente a violência de gênero, por meio de costumes, culturas e governos, em âmbito público e/ou privado.

Uma das principais características dessa violência estrutural é de aturar e aceitar como natural a cultura de que as mulheres são inferiores e de que os homens podem dispor de seus corpos e de suas vidas como bem entendem.

Quando as mulheres rompem com essa cultura da violência e buscam ajuda, encontram barreiras institucionais que colaboram com a impunidade dos agressores e até mesmo com o relaxamento da pena ou conivência com o seu não cumprimento.

Na Paraíba temos o exemplo da barbárie de Queimadas caso com visibilidade e impacto



**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DA DEPUTADA ESTELA BEZERRA**

nacional ocorrido há 10 anos, que mesmo com toda pressão da sociedade para sua elucidação e o mentor, sendo exemplarmente condenado em 2014, em novembro de 2020 ocorre sua fuga da penitenciária, onde cumpriu menos de 8% da pena estando foragido até os dias atuais.

Portanto, a Rede de enfrentamento a violência contra as mulheres cumpre um papel fundamental no fortalecimento das instituições e serviços públicos, na medida em que promovem a intersetorialidade e ações comuns para proteger as mulheres e fazer valer a legislação que pune os crimes cometidos contra as mulheres.

Desse modo, na perspectiva de cumprir o papel de fortalecer a cidadania das mulheres e combater todas as formas de violência de gênero em nossa sociedade, esta audiência pública tem o compromisso de reunir a sociedade civil, os movimentos sociais e Instituições públicas e privadas para juntas/os contribuirmos para a construção de uma sociedade mais segura para todas as mulheres.

João Pessoa, 07 de fevereiro de 2021.

ESTELA BEZERRA
Deputada Estadual - PSB